

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

**A PRESENÇA DA LITERATURA INFANTIL NA REVISTA “LEITURA:
TEORIA & PRÁTICA”**

CARINA MARIA MOMOLI GIACOPINI

CAMPINAS

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**A PRESENÇA DA LITERATURA INFANTIL NA REVISTA “LEITURA:
TEORIA & PRÁTICA”**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como exigência parcial para
a conclusão do Curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da UNICAMP,
sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Norma
Sandra de Almeida Ferreira.

CAMPINAS
2007

Prof^a. Dr^a. Norma Sandra de Almeida Ferreira-Orientador

Prof^o. Dr^o. Ezequiel Theodoro da Silva

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra aos meus pais, meus primeiros modelos de leitor, que me ensinaram a decifrar o mundo e incentivaram a minha aventura pelos caminhos da leitura, consolidando através do exemplo o hábito por ler.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar meu caminho permitindo-me alcançar a realização desta conquista.

Aos meus pais, por todas as oportunidades que me proporcionaram, viabilizando minha formação pessoal e profissional, dando suporte para a realização deste projeto.

À professora Norma, por sua dedicação e empenho na orientação desta pesquisa, contribuindo para minha formação como pedagoga.

A todos os meus familiares e amigos, que apoiaram e incentivaram a realização desta pesquisa, sobretudo nos momentos de maior dificuldade.

Às meninas da biblioteca, pela disponibilidade e amabilidade com que se dispuseram a ajudar.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste projeto de pesquisa e, em última instância, para minha formação.

RESUMO

O presente trabalho investiga a presença da Literatura Infantil na revista “Leitura: Teoria e Prática”, periódico da Associação de Leitura do Brasil, em seus vinte e cinco anos de existência.

Para tanto, foi necessário conhecer a história desta revista, compreendendo diversos aspectos que permearam seu surgimento, seus objetivos, seu projeto editorial, compreendendo a articulação entre estes e o tema “Literatura Infantil”, especialmente a produção brasileira a partir dos anos 80.

O que essa revista vem publicando sobre Literatura Infantil? Que autores e livros de Literatura Infantil são comentados e apreciados nos artigos? O que os artigos propõem sobre modos de ler? Foram as questões centrais colocadas neste trabalho.

Nos 48 números desta revista, foram identificados os textos produzidos sobre Literatura Infantil, organizados segundo os seguintes focos temáticos: “A didática da leitura da Literatura Infantil”; “Uma apreciação crítica sobre a Literatura Infantil”; “Reflexões sobre determinada obra e/ou autor”; e “O livro como objeto cultural”.

Cada foco temático foi comentado e problematizado, destacando presença ou ausência de alguns aspectos ligados à temática, ao longo do tempo.

Palavras-chave: Literatura Infantil, revista “Leitura: Teoria e Prática”, leitores;

ABSTRACT

This paper researches the attendance of the infantile literature on the “Leitura: Teoria e Prática” magazine, a periodical that has been published for twenty-five years by Associação de Leitura do Brasil.

Therefore to fulfill this paper, it was necessary to know more about the history of this magazine, understanding its various aspects involving the magazines’ appearance, aims, editorial project, as well as the articulation between bearings above and the theme “Infantile Literature”, specially in Brazil from eighties.

What has the magazine been publishing? Which authors can be found in such articles? Which infantile books can be appreciated in these articles? What do the articles purpose about manners of reading? These are the principal questions approached in this paper.

In the last forty-eight editions of the magazine, texts about infantile literature were dected, and they spotlight the following themes: “The didacticism of reading Infantile Literature”; “Crucial appreciation about Infantile Literature”; “Reflection about work and/author”; and “Book as a cultural goal”.

Each one of the focuses above were discussed, distinguishing the presence or absence of some aspects which are associated by a topic through the time.

Keywords: Infantile Literature; “Leitura: Teoria e Prática” magazine; readers.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	01
2. Apresentação da Revista “Leitura: Teoria e Prática”.....	03
3. Breve histórico da Literatura Infantil no Brasil.....	11
4. Metodologia e Análise dos Dados.....	26
5. A Construção dos Focos Temáticos.....	35
5.1. A didática da leitura da Literatura Infantil.....	38
5.2. Uma apreciação crítica sobre a Literatura Infantil.....	43
5.3. Reflexões sobre determinada obra e/ou autor.....	47
5.4. O livro como objeto cultural.....	50
6. Considerações Finais.....	54
Referências Bibliográficas.....	56
Anexos.....	61

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a presença do tema literatura infantil na revista “Leitura: Teoria e Prática”. Embora esta temática não seja a preocupação central dessa revista, ela vem ganhando importância na história da literatura brasileira, principalmente a partir da década de oitenta, tendo sido objeto de estudo de pesquisas acadêmicas, e de reflexões em congressos na área da literatura e da própria literatura infantil.

A proposta de trabalho se concretiza na busca por responder as seguintes questões: o que essa revista vem publicando em seus 25 anos de existência sobre literatura infantil? Qual a representação da literatura que os autores propõem em seus artigos? Que autores e livros de literatura infantil são comentados e apreciados nos artigos? O que os artigos propõem sobre modos de ler?

Para melhor situar esta discussão, entendemos que seria necessário conhecer a história da revista “Leitura: Teoria e Prática”, e realizamos um levantamento bibliográfico do histórico da revista em questão com o propósito de buscar quais artigos sobre Literatura Infantil haviam sido publicados nesta revista ao longo dos seus vinte e cinco anos de sua existência.

Posteriormente elaboramos quadros com os artigos e autores em questão, com datas de publicação e frequência em que eles aparecem.

Também realizamos uma breve pesquisa acerca da história da literatura infantil no Brasil a partir da década de oitenta, relacionando-a a produção presente na revista, o que colaborou para elucidação de algumas das questões

presentes no levantamento bibliográfico, como por exemplo, a frequência com que os artigos sobre literatura infantil aparecem.

Por fim, analisamos os artigos encontrados, buscando responder às questões acima mencionadas. Para tal intento, classificamos os artigos em focos temáticos, relacionando-os entre si e, em alguns momentos, recorrendo à história da revista e/ou da literatura para compreensão dos dados.

As considerações finais acerca do trabalho realizado mostraram-se provisórias, bem como alguns limites pelo espaço de tempo em que foi desenvolvido. Apontaram também a relevância do tema e a importância de outras pesquisas a serem desenvolvidas sobre este assunto.

2. Apresentação da Revista “Leitura: Teoria e Prática”.

A Revista “Leitura: Teoria e Prática (LTP)” é um periódico publicado desde 1982 pela Associação de Leitura do Brasil (ALB), constituindo-se em uma das iniciativas dessa entidade na luta pela democratização da leitura no Brasil.

Segundo o estatuto da ALB, sessão I, no capítulo I, 3º artigo:

“A ALB efetivará as seguintes atividades: (...) (c) a publicação de uma revista semestral de leitura, organizada a partir da constituição da equipe editorial da ALB, decidida pela diretoria”.

A revista idealizada por professores ligados principalmente a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (SP), e aprovada em assembléia dos associados da ALB, por ocasião do 3º Congresso de Leitura do Brasil, configurou-se num importante instrumento de democratização da leitura, especialmente no início de sua publicação, por se tratar de uma iniciativa que promoveu o acesso a discussões antes vedadas pelo período político da época, marcado pela repressão da ditadura militar.

Segundo Ferreira (2003), o movimento desencadeado por diferentes professores universitários, associações acadêmicas e grupos militantes era orientado por um:

“Brasil que sonhava com tempos de uma sociedade democrática, lutava pelas eleições diretas, mobilizava-se em torno da anistia dos exilados, vivia momentos intensos de fortalecimento de alguns setores sociais, como o dos trabalhadores. Numa crítica, ao mesmo tempo,

velada e explícita, sob inspiração dialético-marxista, denunciava sua frustração como "milagre brasileiro" e o crescimento econômico, com o achatamento salarial, com a concentração de riqueza, com as desigualdades sociais. Um anseio de mudanças, inclusive educacionais, denunciava índices de analfabetismos nos limites de mais de 30%; o fracasso escolar em seus pontos críticos, evasão escolar e repetência, em número não menos alarmante; desiludia-se com a lei 5692/71, e sua reforma universitária, sua progressiva burocratização da atividade docente, sua adoção por uma pedagogia tecnicista nos mais variados graus de ensino." (p. 9)

A publicação desta revista nasce neste contexto historicamente marcado e se propõe como um importante veículo de divulgação e de discussão dos temas relacionados à leitura, bem como de divulgação de novos estudos acerca desse tema, outorgando ao periódico uma grande projeção no cenário brasileiro.

Os primeiros anos da década de oitenta são animados em torno da idéia de que uma reflexão não se faz de forma isolada, mas deve ser compartilhada coletivamente, e mais do que isso, é preciso criar lugares de mobilização e confronto de muitas vozes diversas e, talvez, dispersas vindas de diferentes regiões do país, em busca de propostas e soluções que se fazem necessárias e que são comuns. O anúncio na revista "Leitura: teoria e Prática" de Outubro de 1983 comenta as iniciativas da ALB movidas por esses desejos:

"(...) A passagem do discurso à ação ocorre por meio da organização dos trabalhos, dos atos daqueles indivíduos e grupos que também percebem sérios problemas na realidade da leitura em nosso país (...) que esse espaço chamado COLE, conquistado nos idos de 1978, seja preenchido com o maior número possível de experiências

concretas, atos que responderam aos elementos de fundamentação teóricos propostos através da revista 'Leitura: Teoria e Prática'." (p. 2).

O editorial do primeiro número da revista "Leitura: Teoria e Prática" expressa seus propósitos com o periódico:

"Leitura: Teoria e Prática, cujo número zero estamos submetendo à apreciação e crítica dos interessados, nasce com o propósito principal de servir como veículo para comunicação e o intercâmbio entre aqueles que se preocupam com os problemas de leitura em nosso país. Destina-se, mais especificamente, a todos aqueles que desejam lutar pela democratização da leitura no contexto brasileiro através de um trabalho coletivo e transformador".

São essas idéias que se constituem parte do momento pelo qual a revista passou na época de sua constituição, um período marcado pela conquista de espaço para a expressão, pelo desejo de uma sociedade democrática, pelos desejos de descobrir novos horizontes para a educação, dentro de um período extremamente repressor, marcado pela ditadura militar.

A revista busca em seu projeto distanciar-se, no momento de sua criação, das marcas acadêmicas dirigidas a um público restrito, preocupando-se com a imagem de leitores que nem sempre estão em contato com um discurso teórico e científico e que podem se sentir chamados a participar desse veículo. O material selecionado e publicado revela esta preocupação: proporcionar um espaço de revisão e renovação das teorias e práticas relacionadas à leitura, quer ligada à escola, quer ligada à biblioteca.

Segundo Silva (1998) no artigo "A revista Leitura: Teoria e Prática e o professor – um leitor em formação", o leitor imaginado nos primeiros números

da revista é também o professor. Não se trata de uma pessoa específica, mas de uma idéia que se faz de determinada categoria, no caso, dos professores, pelo grupo que idealizou a revista, idéia essa que pode ou não estar em sintonia com outras que se fazem dessa categoria.

Ao longo dos seus 25 anos de existência (1982/2007), a revista “Leitura: Teoria e Prática” apresenta mudanças e permanências em tensão, que podem ser percebidas em relação ao seu formato, estrutura, seções, projeto visual, etc.

Em seus 48 números já publicados novos projetos editoriais têm sido colocados de acordo com opções políticas dos diferentes Conselhos Editoriais que a coordenaram.

No que se refere ao formato, por exemplo, fez-se opção pelo quadrado (o que permanece até hoje), o que seria uma diferenciação deste veículo em relação aos já existentes e em circulação no momento de sua criação.

No seu interior, a revista é dividida em diferentes seções, que passaram por algumas mudanças no decurso da publicação dos 48 números da revista. Seções foram criadas, renomeadas, desapareceram, como também textos foram reclassificados em seções diferentes. Mudanças decorrentes de novas maneiras de diferentes Conselhos Editoriais de pensar o periódico. Os dois primeiros números trazem as seções: Entrevista/Depoimento, Artigos, Pesquisas, Atualização, Divulgação. Já nas duas últimas publicações é possível encontrar as seguintes seções: Estudos, Artigos, Textos Literários, Resenhas, Imagens de Leitura, Divulgação. Em alguns momentos, seções como Palestras, Conferências, ou Leituras pelo Mundo, também fizeram parte do índice da LTP.

A criação da seção denominada “Leitura” em que reúne poesias, contos, crônicas, em edição original, sugerem uma mudança na concepção da formação de leitor-professor, que passa por uma educação cultural além da reflexão acerca da leitura e de discussão de sua prática profissional.

A seção “Resenha” que passou a conter comentários de leitores sobre autores e textos da literatura ou de livros científicos, tenta criar um espaço público de divulgar e compartilhar leituras.

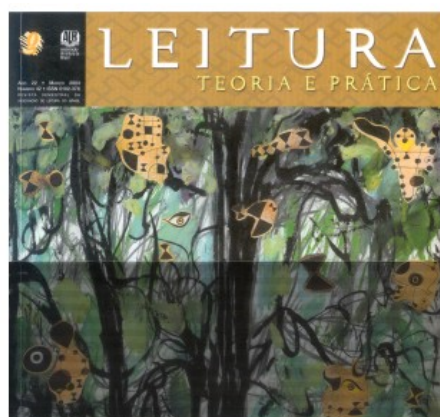
A diagramação dos textos e sua distribuição pelas páginas no interior da revista têm sido orientados pela articulação de diferentes dispositivos, numa complementaridade de textos, desenhos, fotos, etc. Em alguns momentos ao longo de sua publicação, esta combinação de textos e imagens é de quantidade variável. Inicialmente, parece ter havido uma intenção de o Conselho Editorial evitar o adensamento da escrita, ampliar a quantidade de ilustração e de espaçamentos, incluir textos bem humorados, talvez orientado pela imagem do leitor a que se dirigia.

Os textos são dispostos em duas ou três colunas, incluindo-se, com o passar do tempo de publicação, também resumos e “abstracts” no início de cada artigo.

Nos primeiros números da revista, os artigos vinham acompanhados de epígrafes ou chamadas que serviam como protocolos de leitura e de embelezamento talvez, formas de facilitar e orientar a leitura, denotando a necessidade de guiar um leitor ainda inexperiente.

A partir da edição número 15, as epígrafes desaparecem enquanto inseridas pela equipe editorial, questionando-se se elas serviram ao seu propósito ou se as imagens de leitores previstos pelo periódico mudaram.

A revista em seu projeto visual também se modificou durante esses 25 anos, em cores e criadas por diferentes capistas. Com o passar do tempo, a capa torna-se plastificada, dando às vezes, imagens mais estilizadas, e, em outras vezes, montagens de fotos e pinturas ou, então, apenas fotos, como é possível verificar abaixo:



Silva (1998) identifica que os novos projetos editoriais são criados na busca de aperfeiçoamento da qualidade da revista e na solidificação do papel que ela passa a ocupar no cenário nacional enquanto divulgadora e debatedora das idéias vinculadas à leitura, educação e cultura.

A partir do número 23 é possível constatar o esforço do Conselho Editorial de buscar maior representatividade e penetração da revista, com a inclusão de nomes de intelectuais de reconhecido mérito e de diferentes regiões do país: ampliação da discussão sobre leitura não exclusiva ou prioritariamente voltada para a instituição escolar; o reconhecimento de que as práticas de leitura e de escrita ocorrem em espaços diversos numa multiplicidade de materiais escritos com seus suportes de textos e inúmeras combinações e estratégias. (FERREIRA, 2003:3)

Na metade dos anos 90, a revista parece não ter mais como meta principal a construção de um espaço de mobilização e consolidação de uma comunidade crítica em torno da leitura. Neste momento, a discussão teórico-metodológica parece estar mais bem construída e ganha novas redimensões, ampliando-se seus enfoques e interesses. E a imagem do leitor parece ser aquela que busca neste periódico, um mundo cultural mais complexo, um conhecimento mais construído, um leitor disposto a discutir e a ampliar a discussão em torno da leitura.

Em 2004 identifica-se um terceiro momento da revista. A Editora Mercado Aberto, parceira na edição desde a sua criação cede espaço à Editora Global. O editorial da revista 41 explicita um outro projeto editorial:

“Nas atividades desenvolvidas no 14º COLE, em Julho de 2003, a associação de Leitura do Brasil (ALB) deu início à discussão que entrevê um processo de reestruturação desta associação e de suas atuações em diferentes instâncias e lugares, numa percepção crescente de que a leitura assume feições, funções, práticas e configurações diversas; que exige reflexões cada vez mais interdisciplinares, mais complexas, mais conjuntas, que busca novos itinerários e parceiros”.(p.3)

O último número da revista ano 2007, com nova Diretoria eleita para a ALB, aponta para uma nova política editorial, com capas em que se comemora o aniversário de 25 anos da revista e a realização do 16º COLE, ações que a ALB vem promovendo com orgulho e satisfação, na contribuição do debate em torno da leitura no Brasil.

Novos rumos estão sendo imaginados...

3. HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL

A produção de literatura infantil no Brasil é relativamente recente, tendo seu surgimento efetivo nos arredores da Proclamação da República, período de grande turbulência política, econômica e social. O fortalecimento do novo governo requeria a imagem de um Brasil em modernização, no qual se defendia a substituição da mão-de-obra escrava e uma política econômica que favorecesse a produção cafeeira. No momento, era do interesse dos países já industrializados e da nascente industrialização brasileira a formação de um mercado interno através do favorecimento das camadas médias, consolidando um mercado de consumo.

Dessa forma, o consumo de bens como livros de literatura refletia o ideal de escolarização e cultura com os quais essas camadas desejavam se identificar, cujo representante era a alta burguesia. Assim, entre o fim do século XIX e o início do século XX, atrelado ao processo de urbanização, há o surgimento da literatura infantil como bem de consumo das massas urbanas.

A educação nacional fez-se uma das grandes preocupações deste momento histórico no qual o Brasil se firmava enquanto país. Houve a pretensão de urbanizar a então sociedade rural, quando a escola exerceu um papel de vital importância dado o fato de que legitimou o saber que proporcionaria *status* no novo modelo social que estava em ascensão. Houve então campanhas pela alfabetização e pela escola, subsidiando os esforços por dotar o Brasil de uma literatura destinada às crianças. Assim, estreitamente atrelada ao âmbito escolar, desenvolveu-se também a literatura infantil. Nos dizeres de Coelho (1984):

“Foi no entre-séculos (quando as grandes transformações da sociedade se processavam) que o sistema escolar nacional passa por reformas de real alcance (cf. leis e pareceres de Rui Barbosa, Leôncio de Carvalho, Benjamin Constant, Epitácio Pessoa, Rivadavia, etc.); e incorpora em sua área também a produção literária para crianças e jovens”. (pp. 166)

Foi nesse momento que se percebeu a carência no mercado de material adequado às crianças brasileiras, pois grande parte das obras infantis em circulação provinha de traduções e adaptações de obras estrangeiras que circulavam geralmente em edições portuguesas, mantendo grande discrepância entre sua produção e a realidade das crianças brasileiras. Em conseqüência, intelectuais, jornalistas e professores iniciaram esforços para produzir livros infantis para os estudantes, obras que se encarregaram de traduzir os valores nacionais de modernização e patriotismo.

Além disso, também surgiram diversos programas no ânimo de nacionalizar o acervo europeu para as crianças brasileiras. Dentre estes se encontram adaptações de obras como os contos de Perrault, de La Fontaine e dos irmãos Grimm. Segundo Coelho, Figueiredo Pimentel é um dos primeiros intelectuais na popularização do livro, pois organizou e traduziu os contos infantis que circulavam em várias coletâneas estrangeiras ou em traduções portuguesas, formulando os *Contos da Carochinha*, primeira coletânea brasileira de literatura infantil, constituindo-se num importante marco histórico.

Em 1904 Olavo Bilac e Coelho Neto editaram seus *Contos Pátrios* e Júlia Lopes de Almeida editou *Histórias da nossa terra*. Em 1919 Tales de

Andrade lançou o romance *Saudade*. Estas obras, dentre outras, se identificaram com a intenção do novo governo de legitimar a imagem de um país em modernização e configuravam um instrumento que traduzia seus ideais nascentes de unidade, identidade e modernidade em decorrência da consolidação do Brasil enquanto país independente. Foram estas as condições, dentre outras, que permitiram o surgimento de uma literatura nacionalista, que exaltava a pátria e criava a identidade do cidadão brasileiro. Essa literatura esteve marcadamente presente nas práticas escolares, já que fazia parte de um projeto ideológico e educativo que vislumbrava na literatura infantil uma brecha para inculcar os ideais de modernização. Tal sentimento nacionalista se verifica no seguinte trecho de uma importante autora para crianças:

“A esta Terra, onde o engenho divino

Esgotou seu poder criador,

Brasileiros, cantemos um hino,

Hino feito de glória e de amor.

Terra ideal, de extensões infinitas,

Cheia de ouro e de amor, Terra ideal,

Que, amorosa e cativa, palpita,

Às carícias de um sol tropical.

Pátria amada, onde a luz tanto brilha,

Esplendores são tantos os teus

*Que tu és a maior maravilha
Das que existem criadas por Deus”.*

(Hino à Pátria – Francisca Júlia -1912)

É possível verificar através desse trecho uma literatura de forte cunho nacionalista que exalta a pátria brasileira, constituindo um possante instrumento para a valorização do sentimento nacional. Nesse momento, os livros passavam para as crianças valores como o patriotismo, respeito, obediência, etc. Algumas obras aludiam a heróis, episódios, exaltando a natureza, um dos maiores símbolos da nacionalidade brasileira. Os autores utilizavam como protagonistas de tais obras a imagem estereotipada da criança, vista tanto como ser virtuoso como, pelo contrário, descrita na sua pior versão. Além disso, a preocupação com a escrita correta da língua pátria, símbolo da nacionalidade brasileira, impediu a aproximação entre a literatura infantil e a representação lingüística “realista” da fala da criança.

Dessa forma, esse incentivo ao civismo contribuiu, por um lado, para a constituição e desenvolvimento da literatura infantil como gênero, garantindo sua perpetuação. Por outro lado, também contribuiu para mantê-la dentro de um conservadorismo contraditório, no qual permaneceu por muito tempo.

Em função do aumento do acesso das classes populares à escola e, conseqüentemente, o aumento do uso do livro infantil com função didática, houve na década de 20 uma acentuada produção de obras de literatura infantil. Entretanto, como essa produção estava ligada à finalidade didática do livro o

Estado controlava sua produção, o que significa que os textos se prendiam quase que exclusivamente aos conteúdos escolares.

Com o Movimento Modernista das artes em geral houve a formulação de um novo posicionamento cultural, favorecendo a constituição da classe média e o crescimento da escolarização urbana, beneficiando o desenvolvimento da literatura infantil. Alguns gêneros foram de maior destaque, como a poesia e a ficção infantil. O meio rural foi privilegiado como panorama para o desenvolvimento das histórias de diversos autores ufanistas da época, dentre eles Murilo Araújo e Afonso Celso.

O desencadeamento do movimento modernista da literatura repercutiu em algumas características da literatura infantil, tais como a incorporação de diferentes níveis da fala e a recorrência ao folclore.

Há nesse panorama uma exceção que merece ser comentada: a obra lobatiana.

Segundo Zilberman (1986), a estética do período, pelo movimento crescente de despreocupação com a norma padrão e o falar culto, abriram caminho para o desenvolvimento da expressão oral e 'inculta', cedendo espaço ao coloquial, popular. Foi nesse movimento que se inseriu a produção de Monteiro Lobato.

Monteiro Lobato (1882-1948) foi um grande divisor de águas na área da Literatura Infantil e Juvenil, rompendo com convenções estereotipadas e inovando através de uma linguagem coloquial e popular. Sua obra inseria o leitor em um projeto de exercício da consciência crítica, perpetuando sua produção. Esta constituiu uma nova literatura que permitiu o desenvolvimento

da criticidade do leitor, discutindo temas políticos, sociais e econômicos do período.

Assim, Lobato principiou, através de sua obra, o verdadeiro espaço para a Literatura Infantil Brasileira. Nos dizeres da autora:

“Não há dúvida de que o grande valor da invenção literária de Lobato e o amplo sucesso obtido junto aos pequenos leitores, não se deveram apenas à sua prodigiosa imaginação ao inventar personagens e tramas cheias de pitoresco e de humor sadio, concretizadas em uma linguagem original e viva. Como em toda grande obra, o seu mérito maior está na perfeita adequação entre sua matéria literária, as idéias e os valores que lhe servem de húmus e as imposições da época em que ela foi escrita”.(COELHO, 1984, pp. 192)

Com a obra *Narizinho Arrebitado* (1921), Lobato iniciou seu empreendimento literário na área de literatura infantil, e posteriormente, em 1931, lançou *Reinações de Narizinho*. Sua obra teve grande aceitação dentre o público infantil, e nela foram colocadas questões como o campo como cenário das aventuras infantis, histórias de animais, etc. Percebe-se nestas obras a preocupação do autor em escrever uma literatura utilizando uma linguagem que despertasse o interesse do público infantil.

Em sua obra Lobato inventou personagens tais como Dona Benta, figura que serviu para recontar histórias estrangeiras como as de *Dom Quixote* e *Peter Pan*. Também criou algumas “aventuras didáticas” nas quais utilizou aventuras vividas por personagens de sua obra para perpassar a aprendizagem, como em *História do mundo para crianças* (1933) *Emília no*

país da gramática (1934), *História das invenções* (1935), *Geografia de Dona Benta* (1937), dentre outras. Nestas narrativas, Lobato se utilizou de um local imaginário, o Sítio do Picapau Amarelo, como espaço em que se desenrolariam as aventuras de seus personagens. Nesse sentido, é no cenário bucólico do Sítio que aconteceriam as aventuras infantis, sendo que este local se tornará uma “escola paralela” por se tratar do espaço em que as aventuras se traduzirão em momentos de aprendizagem, conhecimento, etc.

A obra lobatiana mostra que o autor acreditava na criança como agente transformador da sociedade, pois trata de questões sociais como política e ciência, refletindo acerca dos problemas sociais de sua época. É o que se observa em *A chave do tamanho*, obra na qual o autor discute as consequências da guerra. Lobato também introduz o folclore em sua obra, como em *O saci*, em que busca no folclore alguns elementos para dar origem a novas criações.

São também do mesmo período obras como *Histórias da Velha Totônia* (1936), de José Lins do Rego, *As aventuras do avião vermelho* (1936), de Érico Veríssimo, *História para crianças* (1934), de Viriato Correia, dentre outros. Algumas obras aludiam ao folclore e às histórias populares, outras ressaltavam o nacionalismo.

Os anos de 30 e 40 foram marcados pelo caos econômico, que se instaurou com a quebra da Bolsa de Nova York e com a eclosão da 2ª Guerra Mundial. A busca pela reconstrução econômica embutiu um amplo movimento por reivindicações sociais, que se expressaram na literatura, de um modo geral.

Concomitantemente, continuava o debate no âmbito do planejamento educacional nacional. A Constituição de 37 estabeleceu as bases democráticas da Educação nacional, o que iniciou uma nova fase no processo da cultura brasileira. Nesse contexto de reformas, a literatura infantil também se colocou como questão.

No período de 1920 a 1945 houve um crescimento significativo da produção literária para o público infantil, relacionado ao aumento do mercado consumidor e que contribuiu para estimular as editoras a investirem na produção para esse mercado em formação.

A literatura infantil cresceu nesse momento no âmbito escolar, em harmonia com a expansão da rede escolar e com a nova política educativa, ainda que impregnada da intencionalidade pedagógica com que vinha se desenvolvendo anteriormente. Segundo Coelho (1984):

“O panorama dos anos 30/40 mostra que, além dos livros de Lobato e das obras clássicas traduzidas ou adaptadas, apenas alguns escritores, entre os que escreveram na época, atingiram a desejável literariedade. No geral, predomina o imediatismo das informações úteis e da formação cívica”. (pp. 198)

Em resposta ao mercado que estava se firmando e expandindo, no período de 40 a 60 houve uma produção intensa e fabricação em série de livros. Entretanto, apesar do volume considerável de obras, a quantidade não significou uma real qualidade na produção. São desse período obras como *A mina de ouro* e *O cachorrinho Samba na Bahia* (1940), de Maria Dupré;

posteriormente a mesma autora lançou *Éramos seis*, um grande sucesso de vendas.

Na ditadura Vargas a literatura infantil assumiu um caráter nacionalista ufanista, favorável ao panorama político pelo qual o país passava, destinando as obras às classes média e operária. A grande tônica do governo Vargas foi a valorização do nacional, que procedeu tanto da concretização das metas modernistas quanto do patrocínio pela formação de uma nova imagem do país como grande potência unificada pela liderança de um líder populista.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1945, o Brasil assumiu um novo posicionamento no comércio mundial, se tornando um mercado de grande peso para a indústria norte-americana. Nesse momento a literatura pareceu sofrer uma desnacionalização, voltando-se para explorar aspectos interiores da análise das personagens, tendência que se prolongou até o início dos anos 60. Durante este período surgiram cada vez meios mais modernos de veiculação por conta especialmente do aparecimento da televisão. Diversos meios de comunicação sofreram reformulações, como os jornais e as revistas. As histórias em quadrinhos e diversos outros produtos americanos conquistaram espaço no mercado interno brasileiro, inserindo-se no cotidiano das crianças.

Diante dessa invasão cultural, a literatura brasileira enfrentou a concorrência cerrada das produções norte-americanas, que traziam para a literatura lugares exóticos, ficção científica, investigação policial, dentre outros assuntos. Outro fator que influenciou a literatura nesse período foi a cultura de massas, que recorreu aos novos meios de informação, capazes de atingir simultaneamente grandes camadas da população para divulgar cultura e

anúncios, fato que afetou a literatura por proporcionar sua substituição por outros meios de comunicação mais eficientes, estimulando o mercado de consumo e veiculando determinadas informações de forma a serem mais facilmente absorvidas pelo público visado. Entretanto, no final da década de 50, a desigualdade social em face das metas governamentais deixava entrever os problemas sociais, contribuindo para a retomada do nacionalismo, da discussão dos problemas nacionais e da busca de soluções.

Nesse momento o cenário rural entra novamente em foco. Aparece uma maior diversidade de personagens nas obras infantis, dentre eles o índio e o caipira, como trabalhadores pobres que entram em conflito com o patrão, reforçando no imaginário infantil a ideologia dominante. Além disso, permanece a valorização do ambiente rural, que é tido como espaço de lazer para o meio urbano, consolidando uma ligação entre o ambiente rural e o meio urbano. É o caso de produções como *Na fazenda do Ipê Amarelo*, de Ivan E. de Almeida. Nesse contexto, percebe-se também que há uma representação do passado, em que o meio rural é tido como o 'velho', contraposto ao presente, em que o ambiente urbano é representado pela criança.

A aventura aparece como tema constante na literatura. Surgem as ficções de aventura em terras exóticas, selvagens e perigosas, como em *A cidade perdida*, de Jerônimo Monteiro. A aventura também é transportada para outras épocas, como em *As aventuras de Xisto* (1957), de Lúcia Machado de Almeida, que tematiza histórias na Idade Média.

Além da aventura, também a temática da infância se tornou recorrente, trazendo consigo a simbolização através de bichos, bonecos, etc. e retratando especialmente os animais domésticos, mais próximos da realidade das

crianças e, portanto, facilitando sua identificação com os valores do mundo adulto transmitidos nas histórias.

Com as políticas de incentivo à produção nacional de livros e a sofisticação das mídias, houve na década de 70 uma maior divulgação e oferta de livros, gerando a diversificação das produções literárias. A literatura infantil, que se atinha principalmente ao ambiente escolar, passou a ter maior divulgação. Estas alterações do período afetam a literatura tanto como instituição quanto como texto, pois além dos investimentos representados por convênios e co-edições, também viabilizam a retomada de recursos experimentais.

O desenvolvimento cultural dos anos 60 e 70 só aprofunda a relação de dependência entre a literatura infantil e a destinação escolar dos livros. Nos dizeres de Zilberman (1986):

“Se, desde o seu nascimento, a destinação escolar dos livros fazia com que a literatura para crianças se apoiasse, para legitimar sua existência e arregimentar seus leitores, nas instituições vizinhas da escola (quando não da própria), o já apontado desenvolvimento de uma infra-estrutura cultural nos anos 60 e 70 só vai aprofundar esta relação de dependência. Com muito mais desenvoltura que a não-infantil, a literatura para crianças, fiel a sua origem, presta-se bem à mediação institucional.” (pp.174)

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1971, dentre outras ações, tornou obrigatória a leitura de livros de autores brasileiros nas escolas de primeiro grau. Essas medidas, junto à posterior promulgação da Lei da

Reforma de Ensino, contribuíram para a expansão da literatura na medida em que regulamentavam a obrigatoriedade de sua utilização nas práticas escolares. Esse fator foi de grande incentivo para que autores nacionais, instigados pela demanda escolar e pelas editoras, investissem na produção de obras para crianças e jovens.

Na década de 80, a literatura infantil passa a assumir um caráter mais reflexivo por conta do período político pelo qual o país passava. Alguns autores utilizaram-se de reformulações de contos de fadas e personagens fortes para transpor barreiras sociais, como Pedro Bandeira em *O mistério da Feiurinha*.

Outros produziram livros mais populares, destinados ao consumo das massas, como o conto do horror, o conto policial, a ficção científica, etc. Nesse sentido, houve uma abertura à criatividade proporcionando o surgimento de obras inovadoras e cativantes, como *O barulho fantasma* (1984) de Sônia Junqueira e a obra de Tatiana Belinky *A operação do tio Onofre* (1985).

Autores como Ana Maria Machado, Clarice Lispector, Ruth Rocha, Lygia B. Nunes, Ziraldo, dentre outros, utilizam-se da literatura infantil para protestar contra a ditadura vigente através de relações implícitas presentes na produção. A obra infantil passa a viabilizar valores que instigam o leitor à reflexão, ao questionamento, a desenvolver seu senso crítico, o que promove o progresso desta literatura. Os textos passam a defender a importância da mobilização social na defesa do interesse coletivo, instigando o leitor a refletir sobre sua liberdade em plena ditadura. É o que se verifica no seguinte trecho da obra “O que os olhos não vêem” de Ruth Rocha:

*(...)“E o povo foi desprezado,
pouco a pouco, lentamente.
Enquanto que próprio rei
vivia muito contente;
pois o que os olhos não vêem,
nosso coração não sente.*

*E o povo foi percebendo
que estava sendo esquecido;
que trabalhava bastante,
mas que nunca era atendido;
que por mais que se esforçasse
não era reconhecido.*

*Cada pessoa do povo
foi chegando à convicção,
que eles mesmos é que tinham
que encontrar a solução
pra terminar a tragédia.
Pois quem monta na garupa
não pega nunca na rédea!*

*Eles então se juntaram,
Discutiram, pelejaram,
E chegaram à conclusão
Que, se a voz de um era fraca,
Juntando as vozes de todos
Mais parecia um trovão.”(...)*

(Ruth Rocha – “O que os olhos não vêem”)

Esta literatura retoma o projeto lobatiano, proporcionando à criança uma literatura de qualidade, que desenvolve sua criticidade, estimula sua

criatividade e imaginação e desperta indagações e questionamentos sobre a vida, compreendendo a criança leitora nos diversos aspectos que abrangem a sua formação.

Além disso, foi um período em que houve uma melhora na qualidade da produção gráfica e editorial dos livros, contribuindo para a melhoria das produções. Surgem livros de duas cores, e algumas coleções destacam-se por apresentar até quatro cores, como “Gato e Rato”, “Boca de Forno”, dentre outras.

Na década de 90 a produção de livros ofereceu à criança uma gama imensa de produções nas mais variadas formas, gêneros, autores, temas e projetos gráficos, diversidade que vem se acentuando cada vez mais. Com um público garantido, o mercado editorial consolida as produções para esse público.

Nestes últimos anos, a literatura infantil brasileira faz-se presente não só nas livrarias, mas também nas escolas públicas, em que tem distribuição gratuita através dos programas públicos de incentivo à leitura.

A história da Literatura Infantil, ainda que apresentada neste capítulo de forma esquemática, sugere que a produção voltada para criança, se amplia e diversifica ao longo do tempo.

Conceitos sobre o que seria este gênero “literatura infantil” mudaram também durante esses dois últimos séculos. Houve momentos em que a literatura infantil agregava valores nacionalistas, morais; em outros momentos, ela era constituída de valores críticos, sociais e políticos; como também houve momentos em que a literatura significava preocupação com a literalidade.

A história de literatura infantil sugere ainda a produção de um discurso crítico em torno de obras e autores publicados ao longo do tempo. Que livro indicar? Qual o melhor autor? Qual obra é mais significativa para ser oferecida para as crianças?

Este trabalho pretende conhecer o discurso construído em torno da Literatura Infantil nos artigos publicados na Revista “Leitura: Teoria e Prática” - discurso esse que se instala nesta história e com ela se articula. Mais especificamente, olhar para o foco de interesse temático dos artigos.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS.

Esta pesquisa foi desenvolvida em três etapas: uma primeira, de busca e levantamento do corpus de análise. Uma segunda, de organização dos dados coletados por determinada categoria tempo/temas. E por último, uma escolha por um determinado tema, buscando conhecer como ele se apresenta nos artigos selecionados para análise.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em realizar um levantamento dos artigos sobre literatura infantil, publicados no período de 1982 a 2007, na revista “Leitura: Teoria e Prática”, periódico em circulação editado pela ALB (Associação de Leitura do Brasil). Para tal, inicialmente recorri ao acervo da biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Manuseei o material existente na Biblioteca, procurando, no índice de cada um dos 48 números da revista, as expressões norteadoras “literatura infantil” e “literatura infanto-juvenil”, que remetem diretamente ao tema investigado. Do total das revistas analisadas, foram separados 19 artigos. Para cada artigo identificado foram fotocopiados a capa, o índice e a ficha catalográfica, presente em cada número da revista, além do texto integral de cada artigo.

O material encontrado foi organizado por ordem cronológica em uma pasta. Fotocopiei os resumos feitos pelos próprios autores dos textos e para os artigos que não tinham tal recurso, elaborei um resumo, que se constituiu numa ficha de identificação para cada artigo encontrado (ANEXO).

No que concerne a esta primeira etapa de meu trabalho, observei que, contrariamente ao que eu esperava, encontrei um menor número de artigos referentes ao tema pretendido na minha pesquisa.

Talvez, se a busca tivesse tomado como referência outras palavras-chave, como “leitor infantil” / “leitura”, fosse possível encontrar um número maior de artigos. Como sabemos, o tema da Literatura Infantil entrelaça-se com a discussão sobre leitura; leitura na escola; formação ou educação do leitor. Facilmente poderíamos ter encontrado um artigo que discutisse a literatura infantil, mas que não apareceu neste trabalho por não possuir as palavras-chave em seu título, como por exemplo, o de Lajolo (1984), na revista nº04, em que se discutiu um poema de Cecília Meireles e não foi catalogado por nós porque o título era “Poesia: uma frágil vítima de Manuais Escolares”.

No meu entendimento uma revista denominada “Leitura: Teoria e Prática” deveria ter como sub-tema constante a “literatura infantil”, um gênero importante a ser discutido na formação do leitor, no currículo escolar e no material impresso em circulação na escola. Assim, o fato de encontrar apenas dezenove artigos referentes especificamente a este tema, ao longo dos 25 anos de edição desta revista, frustrou minhas expectativas.

Ainda foi possível constatar que no decurso destas produções há intervalos grandes de tempo entre as publicações dos artigos sobre a temática; em alguns casos, apresenta intervalo de anos.

Observei também, numa primeira investigação dos artigos, a pouca diversidade dos temas abordados. A maioria parece abordar a questão da literatura na sua evolução histórica e nas discussões do gênero e da especificidade da linguagem. Esperava encontrar artigos que tematizassem o

trabalho da literatura em sala de aula, artigos acerca de produções literárias infantis, bem como textos que refletissem sobre o papel da literatura na formação do leitor. Entretanto, ficou evidente nestas produções a quase inexistência de artigos que tomam como foco de interesse as obras infantis, quando acionadas as palavras literatura infantil. Valerá a pena retomar esta pesquisa ampliando a busca, numa leitura com outras palavras-chave.

Após a primeira etapa de levantamento dos artigos referentes ao assunto da pesquisa, reuni os dezenove artigos e separei-os para direcionar quais seriam de utilidade para minha pesquisa.

Nesta segunda etapa busquei organizar os textos em categorias. Optei por indicar os textos agrupados na mesma seção em que eles aparecem no índice da revista. Deste modo, foram encontrados: um artigo na seção *Entrevista/Depoimento*, dois na *Opinião*, dez nos *Estudos/Artigos*, dois na *Experiência*, um único artigo na seção *Leituras*, um na de *Notas e Resenhas* e dois artigos na seção de *Pesquisas*.

Segue-se a *Tabela dos Textos de Literatura Infantil*:

Tabela dos Textos de Literatura Infantil

Seções	Década de oitenta	Década de noventa	2000-2007
Entrevista/Depoimento	<ul style="list-style-type: none"> • “Para não vacinar a criança contra leitura” – nº2 	-----	-----

Seções	Década de oitenta	Década de noventa	2000-2007
Opinião	<ul style="list-style-type: none"> • “Literatura infantil: opção ou imposição?” – nº 10. 	<ul style="list-style-type: none"> • - “O livro infantil brasileiro: arte para crianças” – nº 15 	-----
Estudos/Artigos	<ul style="list-style-type: none"> • “A obra infantil de Joel Rufino dos Santos” – nº 7. • “Valores e valores na atual literatura brasileira para crianças e jovens” – nº 7. 	-----	<ul style="list-style-type: none"> • “A fabricação de livros Infanto-Juvenis e os usos escolares: o olhar de editores” – nº 36 • “Leitura crítica da Literatura Infantil” – nº 36 • “Uma leitura de <i>Contos Infantis (1886)</i>, de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida” – nº 40 • “A personagem professora e as práticas de correção de linguagem: uma visão da literatura Infanto-Juvenil” – nº 41 • - O lúdico e o pedagógico: contornos da Literatura Infanto-Juvenil – nº 44

Seções	Década de oitenta	Década de noventa	2000-2007
Estudos/Artigos (Continuação)		-----	<ul style="list-style-type: none"> • “Livros de leitura para a infância: fonte para a história da educação brasileira (1868-1960)” – nº 43 • Leitura, literatura infantil e biblioteca escolar: alquimia para a constituição do sujeito leitor – nº45 • - “Mitologia grega na literatura infantil: a <i>Odisséia</i> para crianças” – nº 47.
Relato de Experiência	<ul style="list-style-type: none"> • “A recepção da Literatura Infantil na escola de 1º grau” – nº 13 	-----	<ul style="list-style-type: none"> • “No ser e no ler, desconforto: Literatura Infanto-Juvenil e adolescente leitor” - nº 36;
Leituras	<ul style="list-style-type: none"> • “Viagem em torno da literatura infanto-juvenil do Nordeste” – nº 11 	-----	-----
Notas/Resenhas	-----	<ul style="list-style-type: none"> • “Encantamento e delícias: a criança em contato com a Literatura Infantil” – nº 15. 	-----

Seções	Década de oitenta	Década de noventa	2000-2007
Pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • “Literatura infantil nas séries iniciais: desafio à reflexão ou possibilidade de trabalho” – nº 9 	<ul style="list-style-type: none"> • “Aventuras e tribulações da Literatura na escola” – nº 18 	-----
Total:	7 produções	3 produções	9 produções

Esse quadro indica que a maior concentração da produção acerca da literatura infantil encontra-se nos anos de 2000-2007 (nove produções), ficando em segundo lugar a década de oitenta (sete produções) e em terceiro lugar a década de noventa (três produções). Assim, surge o questionamento sobre o motivo dos anos de 2000-2007 apresentarem a maior quantidade de produções, concentradas especificamente na seção “Artigos/Estudos”.

A concentração de produções na seção “Artigos/Estudos” provavelmente deve-se ao fato de que neste período a revista “Leitura: Teoria e Prática” ter passado por um novo Conselho Editorial, o qual não fez mais distinção entre “Relato de Experiência”, “Artigos”, “Estudos”, etc., preferindo deixar em aberto a classificação e agrupando estes textos na seção “Artigos/Estudos”.

É possível perceber na revista essa nova concentração, realimentada por novos olhares acerca do tema, mas com uma perceptível mudança no enfoque. Há uma grande produção acerca do tema da literatura infantil, mas apontando para uma perspectiva Histórica, da História da Literatura.

Ao olhar para o quadro, também surge outro questionamento: porque existem tantas produções na década de oitenta?

Nesta década, é sabido que a literatura infantil apresenta uma grande produção de obras e autores preocupados em formar os leitores com uma nova visão do que seja literatura. Vários autores são chamados a escrever para crianças, não mais com a intenção moralista, patriótica, como ocorreu anteriormente na História da Literatura Infantil. Nesse período de finalização da ditadura militar, muitos autores, preocupados com a democratização da leitura, passam a escrever obras infantis. Autores que até então escreviam apenas para adultos se interessam pelo público infantil, passando a se dedicar a este foco de leitores, assim como novos autores tornam-se conhecidos por se iniciarem na publicação de obras voltadas para crianças.

Além disso, a LDB (1971) aponta como orientação a leitura de autores brasileiros nas escolas. Estas leis, junto à promulgação da Lei de Reforma do Ensino, justificam o fato de muitas editoras terem começado a incentivar a publicação de obras de autores brasileiros para que as crianças pudessem lê-los, suprimindo desta forma a demanda gerada pela nova legislação.

Neste período, ainda, o Brasil está num contexto pós-ditadura, no qual a literatura infantil é colocada como tema de discussão do panorama político da época. Esta literatura constitui um dos veículos de discussão dos problemas econômicos, políticos e sociais do período, tornando-se um instrumento através do qual muitos autores expressam o seu descontentamento com a repressão do governo à liberdade de expressão.

Também os cursos de magistério começam a ter como disciplina a Literatura Infantil no seu currículo, o que aponta para a importância que esse gênero assume neste período.

A partir da observação do quadro também surge outro questionamento: por que há tão pouca produção na década de noventa? Para responder a esta questão, seria necessário um estudo dos exemplares da revista nessa década observando os demais temas, bem como um melhor conhecimento da linha editorial neste período.

Ao olhar para o quadro, nas seções em que os textos estão organizados, vemos que do total dos dezenove textos publicados no período de 1982-2007, dez foram reunidos em “Artigos/Estudos”. Os demais se dividem pelas seções: “Entrevistas” (01); “Opinião” (02); “Relatos de Experiência” (02); “Notas e Resenhas” (01); “Pesquisas” (02); “Leituras” (01).

A concentração dos textos na seção “Artigos/Estudos” parece indicar que esta é uma seção que se mantém ao longo da existência da revista, enquanto outras seções como “Leituras” e “Relato de Experiência” desaparecem. Por outro lado, “Artigo/Estudos” é uma seção que reúne reflexões e produções resultantes de pesquisas, quer em nível de graduação ou pós-graduação, como também produto de batalhas de grupos de pesquisas. Deste modo, a seção fica muito ampla, acolhendo textos de diferentes naturezas. Também o fato desta seção “Artigos/Estudos”, em alguns momentos da revista reunir duas seções que eram separadas (“Artigos”; “Estudos”) duplica a quantidade de textos reunidos.

Quando se busca no quadro os possíveis assuntos focados pelos títulos dos textos, é possível perceber novos e diferentes olhares sobre a temática.

Há títulos que propõem a discussão sobre gênero, como em “Valores e valores na atual literatura brasileira para crianças e jovens” (BRAGATTO: 1986); outros sobre a recepção pelos leitores infantis, como em “A recepção da

Literatura Infantil na escola de 1º grau” (MENDES: 1983); ainda há os que focam a perspectiva dos sujeitos envolvidos na produção, como em “A fabricação dos livros infantis e os usos escolares: o olhar de editores” (DAUSTER: 2000); como também os que trazem a perspectiva da história de educação, em “Livros para a infância: fonte para a história da educação brasileira (1868/1960)” (VALDEZ: 2004).

5. A CONSTRUÇÃO DOS FOCOS TEMÁTICOS

Ao lançar um olhar sobre os artigos sobre Literatura Infantil selecionados na Revista “Leitura: Teoria e Prática”, é possível perceber que o tema apresenta uma produção diversificada, pois estabelece relações com outros temas correlatos, como leitura, educação do leitor, mercado editorial, etc.

Diante desse universo de pesquisa, surgiu a necessidade de organizar o material selecionado através de algum critério, de maneira a agrupá-lo, preservando suas peculiaridades.

Por isso, organizamos o material através da observação dos títulos e resumos dos artigos e, em alguns momentos, recorremos também aos artigos completos na busca por outras informações para ajudar-nos na análise dos textos. Realizamos essa organização buscando tendências que indicassem o foco de interesse dos pesquisadores pelo tema da Literatura Infantil em cada artigo.

Optamos como categoria de análise os “focos temáticos” ou “focos de interesse”, a mesma categoria utilizada por Ferreira (1999) em sua tese de doutorado:

“(...) para apreender e analisar os diferentes aspectos enfrentados por cada pesquisador, passo a estabelecer como categoria de análise os focos de interesse, entendendo-os como pontos de convergência e divergência assumidos por seus pesquisadores. Penso buscar através desses pontos a rede que se tece (...), no entrelaçamento das linhas, nos buracos que, porventura, possam ser encontrados, nos arremates dos pontos.” (p. 75)

Essa categoria também é utilizada pelo “Catálogo Analítico sobre o Livro Didático (1989:15)”, um projeto de uma equipe da Unicamp que visa mapear a produção de conhecimento acerca dos livros didáticos. Nesse catálogo, o “foco” é entendido como:

“(...) foco privilegiado de atenção do autor do documento conforme algumas categorias definidas por consenso dos pesquisadores: política; história; produção/circulação/consumo; seleção/avaliação; utilização; conteúdo/método; usuário ou outro foco”.

Em um esforço por organizar a pesquisa a partir dessa classificação, detendo-nos nos títulos e resumos dos artigos, e recorrendo nos momentos que julgamos necessário aos textos completos, construímos as seguintes categorias: “didática da leitura da literatura infantil”; “apreciação crítica da literatura infantil”; “reflexões sobre determinada obra/autor”; “livro como objeto cultural”.

O agrupamento de tais “focos de interesse” é uma construção, portanto, possível de ser pensada em outras configurações. Apesar do cuidado que procuramos empenhar nessa construção, devemos reconhecer que pode não haver consenso em relação à classificação realizada em alguns casos. Há também, em alguns momentos, a classificação de um mesmo artigo em dois focos, porque entendemos que ele aponta para ambos. É o caso do artigo de ROCHA (1983) que entendemos que se encaixa tanto no foco de “didática de leitura da literatura infantil” quanto no foco “livro como objeto cultural” e que será abordado posteriormente em nossa análise.

Com o agrupamento em focos temáticos, procuramos oferecer ao leitor uma visão mais ordenada da produção de literatura infantil na revista LTP no período em questão. Acreditamos que esta organização, ainda que possa ser questionada por uma pesquisa mais aprofundada, poderá oferecer pistas para aprofundarmos o estudo acerca da produção de literatura infantil nessa revista no período em questão.

Segue a descrição de cada um dos focos bem como uma breve análise dos textos classificados em cada um dos focos.

5.1. A didática da leitura da Literatura Infantil

Este foco temático reúne textos que tratam sobre os modos de trabalhar a Literatura Infantil envolvendo o leitor infantil na escola ou fora dela.

Entendemos que se encaixam neste foco os artigos dos seguintes autores: Rocha (1983); Varlotta (1987); Mobrize (1990); Oliveira (1991); Mafra (2000) e Ganzarolli (2005).

Como fazer o leitor infantil gostar da literatura? Quais as práticas que fomentam o gosto pela literatura no leitor? Como trabalhar a Literatura Infantil especificamente no âmbito escolar? Estas são algumas questões que os textos tentam responder.

Rocha (1983) na entrevista intitulada: “Para não vacinar a criança contra leitura” propõe alguns encaminhamentos na leitura de suas obras, bem como alguns procedimentos para estimular a fruição da leitura, retratando especificamente o âmbito escolar:

“A literatura deve ser seletiva, deve ser uma coisa muito dirigida, deve-se procurar aquela melhor literatura. A fruição, o gosto é que deve ser livre, deve ser espontâneo, porque é sempre novo, porque a criança é sempre nova” (p. 10)

Nesse sentido, entendemos que a Literatura a ser trabalhada na escola deva ser bem selecionada pelos professores, deve ser uma Literatura de qualidade. E a qualidade não está relacionada ao movimento ao qual o autor pertence ou à época na qual a obra foi produzida, mas sim ao significado que aquela leitura proporciona ao leitor. Para Rocha, o gosto deve ser orientar a

escolha do leitor, de forma não imposta pelo adulto. A criança deve ter a liberdade de escolher entre os diversos livros e autores que lhe são oferecidos.

É acerca desse significado que Varlotta (1987) versa em seu artigo “Literatura Infantil nas séries iniciais: desafio à reflexão ou possibilidade de trabalho”:

“Acredito que se for dada à criança a oportunidade de ler textos com significado (...) enquanto está aprendendo a ler, ela aprenderá a buscar, por detrás do significante, o significado, como fazemos nós, os leitores adultos. E, lendo guiada pelo significado, poderá encontrar as várias possibilidades de leitura que um texto oferece.”(p. 35)

Como Rocha, Varlotta destaca a importância do adulto de selecionar e oferecer textos de qualidade para que a criança possa ir construindo o seu caminho como leitor. A didática apontada é a oferta de uma literatura que ofereça múltiplos significados, múltiplas leituras.

Dentre os textos, há também aqueles que acusam, denunciam práticas de literatura infantil que desgostam e afastam o leitor desse tipo de livro. Nesse contexto a literatura infantil adquire uma conotação negativa, pois se torna um instrumento de repressão, como coloca Oliveira (1991) em “Aventuras e tribulações na literatura na escola”:

“Ao se utilizar da literatura como estratégia improvisada na prática pedagógica, o professor não só descaracteriza a própria função da literatura na escola, como também expõe o vazio de toda a sua atuação.” (p. 43)

Há também práticas que “ensinam” os adultos, os professores, a seduzir o leitor para a Literatura Infantil. Em um dos artigos presentes na seção resenha, denominado “Encantamentos e delícias: a criança em contato com a literatura infantil”, Mobrize (1990) analisa uma obra de Fanny Abramovich que sugere alguns procedimentos para cativar os leitores de literatura infantil:

“Fanny inicia seu livro falando sobre o primeiro contato da criança com o texto, que se dá pela audição de histórias. Aqui já pode ser despertado o gosto da criança pela leitura. ‘Ouvir histórias é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo’(Abramovitch, 1989, p. 16). Através de uma história, a criança pode, ‘fica sabendo de História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo, e muito menos achar que tem cara de aula...’ (Abramovitch, 1989, p. 17.) para tanto, faz-se necessário ‘saber’ como contar uma história e como aproveitar o texto ao máximo, de modo a estimular a criação dando asas à imaginação.” (p. 45)

A resenha da Mobrize aponta para a importância da palavra ledora, a literatura contada por alguém que lhe dá sonoridade e desperta o gosto pela leitura desde muito cedo.

Mafrá, em seu relato “No ser e no ler, desconforto: literatura infanto-juvenil e adolescente leitor” discute o papel do professor na escola como mediador da leitura:

“Entendendo a literatura como comunicação social que tem como destaque o leitor, PONDÉ (1993) entende que, na escola básica, a literatura precisa ser trabalhada através da mediação de um leitor mais experiente, no caso o professor. (...) O prazer experimentado pelo

(...) leitor pode ser transformado em fruição desde que o professor respeite e até mesmo trabalhe a história de leituras deste jovem, assumindo-se assim como mediador desse processo”. (p.79)

Em seu texto “Leitura, Literatura Infantil e Biblioteca Escolar: alquimia para constituição do sujeito leitor”, Ganzarolli procura discutir a funcionalidade e as contribuições da biblioteca como espaço para leitura, produção de sentidos e aproximação com objetos culturais, contribuindo para o gosto pela literatura:

“A biblioteca como um espaço de leitura dentro da escola põe à disposição do aluno um acervo cultural composto por revistas, dicionários, manuais, livros, filmes, jornais, mapas, etc., podendo explorá-lo, desvendando e questionando suas incertezas, fazendo as apropriações da leitura e produzindo os seus sentidos, tendo a possibilidade de agir com maior autonomia e discernimento sobre o mundo que o cerca”. (p.41)

Dessa forma, Ganzarolli mostra a preocupação em relação a esse espaço de leitura – a biblioteca – e a forma como vem sendo utilizada pelos profissionais da educação no sentido de fomentar o gosto pela leitura, e, em última instância, pela Literatura Infantil.

Assim, percebemos que os artigos tratam, em geral, sobre as práticas relacionadas ao âmbito escolar, numa preocupação em relação à atitude dos profissionais da educação em relação à utilização da Literatura Infantil na sala de aula.

Tratam dos modos, caminhos, estratégias para se educar o leitor para uma linguagem tão singular, como a da literatura. Os artigos destacam aspectos importantes e necessários quando se tem a literatura como objeto de leitura: selecionar bons textos; dar liberdade de escolha para a criança; oferecer textos com múltiplos significados; saber contar história.

Essa preocupação se explicita na maioria dos autores deste foco, tanto nas sugestões do que fazer no espaço escolar quanto nas críticas às atitudes dos professores.

5.2. Uma apreciação crítica sobre a Literatura Infantil

Este foco temático reúne textos que destacam a importância da literatura como “ponte de transformação”, como linguagem singular, constituída de literariedade. Entendemos que se classificam neste foco os textos dos seguintes autores: Bragatto (1986); Mendes (1989); Mortatti (2000); e Silveira (2003);

No artigo de Bragatto (1986), intitulado “Valores e valores na atual literatura brasileira para crianças e jovens” percebemos uma visão da literatura infantil como texto que desconforta, rompe e questiona, constituindo-se num instrumento, numa ponte para transformação. É o que se verifica no seguinte trecho:

“A atual produção literária infantil e juvenil, ao questionar valores, desmistificando-os, ao descortinar tantos outros como o que analisamos até agora, através de três diferentes obras e autores, constitui-se numa guinada; pode-se ler o mundo e os livros, resgatando-se neles e com eles os verdadeiros valores do homem.

Uma literatura bem construída, utilizada na escola, não como método ou instrumento da pedagogia – mas como mundivisão – e uma leitura bem conduzida dessa produção literária – leitura de mundos e valores – podem facilitar o objetivo máximo da educação, a crítica dos valores dominantes no contexto social e eleição e cultivo de valores, desejáveis para a transformação do homem e da sociedade.” (p.14)

A literatura vista desta ótica pode ser tomada como ponte para transformação, conduzindo os seus leitores à formação de uma visão crítica do mundo. Neste artigo, o autor chama a atenção para uma produção literária

atual que se contrapõe a outra voltada para valores já superados, alienantes e que despreparam o leitor para sua inserção na sociedade. Uma literatura nova capaz de “descortinar” e ampliar a visão do mundo do leitor.

Por outro lado, é perceptível que na história da educação, como acontece até os dias atuais, a literatura presente na escola tenha sido utilizada como instrumento de propagação de certos valores e doutrinas presentes na sociedade, como explicita Mendes (1989) em seu texto:

(...) o papel da escola tem sido, até o momento, de submissão total à ideologia dominante no sistema governamental e, em consequência, no sistema educacional: não há lugar para ‘poesia e arte’, apenas para a logicidade da ‘vida prática’. Houve ausência quase total da parte dos alunos, de sensibilidade para a linguagem altamente poética do texto. Esse comportamento se deve à preocupação da escola em ensinar apenas e tão somente a linguagem referencial ‘correta’.” (p. 40)

Nesse sentido, a superação desta visão utilitarista da literatura implica um (re)conhecimento de sua condição na busca por compreendê-la e, através dessa compreensão, buscar novas formas de propô-la em nossa sociedade.

O artigo destaca a função da arte e poesia como uma linguagem capaz de se opor aos modos de agir, sentir, pensar, próprios da ideologia dominante.

Para Mortatti (2000) em seu artigo “Leitura crítica da literatura infantil” a literatura infantil, enquanto linguagem, se configura textualmente entre os gêneros didático e literário:

“Mediante a problematização do movimento histórico de constituição da literatura infantil como campo de conhecimento, a partir

da hipótese de que a superação de sua suposta condição de menoridade encontra-se diretamente relacionada com a assunção, por parte dos pesquisadores interessados, de uma atitude interdisciplinar decorrente do pressuposto da unidade múltipla determinantemente constitutiva do gênero – simultaneamente literário e didático – e com base no conceito de configuração textual, apresentei aqui uma proposta de leitura crítica da literatura infantil que pretende ser uma justa contribuição para a busca do reconhecimento da legitimidade do estatuto acadêmico-científico desse campo de conhecimento ainda tão fecundo e promissor.” (p. 16)

Nesta perspectiva, Mortatti aponta para a construção histórica do gênero Literatura Infantil.

Em seu texto “A personagem professora e as práticas de correção de linguagem: uma visão da Literatura Infanto-Juvenil”, Silveira desenvolve reflexões acerca das representações encontradas em livros analisados pela autora e a relação entre essas representações e os discursos correntes sobre professora, mulher, etc. e a maneira como esses discursos correspondem a intenções do autor de trabalhar determinados conceitos/atividades pedagógicas, etc.

“(...) As obras (...) refletem, refratam e dão corpo a representações das práticas de ensino de gramática, de correção, de escola, de pedagogia, de aluno/a, de professor/a... que circulam nas conversas cotidianas, nas salas de professores, na mídia, nos documentos oficiais, nas homenagens de dia dos professores, etc. (...) Nesse sentido, é possível observar que as diferentes representações encontradas nos livros analisados referentes a abordagens do ensino de Língua Portuguesa se conectam a discursos correntes sobre mulher, sobre mulher professora, sobre adolescentes, sobre sentimentos, sobre

práticas e funções escolares, chegando a corresponder, por vezes, a intenções explicitadas de 'mudar o rumo das coisas' ". (p.35)

Dessa forma, a Literatura Infantil não é isenta de valores, ideologias, mas traz embutido, ainda que nem sempre de forma explícita, determinadas idéias, concepções, valores, representações do autor e que acabam por influenciar o leitor.

Assim, nesse foco temático percebemos a presença de uma Literatura que traz determinadas concepções, valores, representações, etc. que podem constituir a Literatura tanto como instrumento para alienar quanto como ponte para transformação do mundo.

5.3. Reflexões sobre determinada obra e/ou autor

Este foco agrupa artigos que analisam obras e autores, contemporâneos ou não. Foram encontrados os seguintes autores: Huppés (1986); Santos (1988); Stanislavski (2003); Valdez (2004); e Maziero (2006).

No artigo de Huppés (1986), ela apresenta a obra de Joel Rufino, ressaltando sua importância no panorama da literatura brasileira:

“(...) a obra de Joel Rufino dos Santos antecipa a utopia da sociedade mais justa. Esta é a sua contribuição. Traz à cena uma sugestão e uma possibilidade. Apresenta um outro modo de a literatura infanto-juvenil ser encaminhada, a favor da incorporação de soluções mais gerais e deixa aberto o mesmo caminho para a escola, já que as duas evoluem paralelamente”.(p. 10)

Nesse artigo, Huppés destaca um novo modo de fazer literatura criada por Rufino. Uma literatura que tem o poder de mexer com as utopias do homem, que aponta soluções para uma sociedade melhor e mais justa.

Stanislavski (2003) analisa os “Contos Infantis” retomando um importante capítulo da história brasileira. Ao contrário de Huppés, analisa os “Contos Infantis” um dos primeiros livros infantis brasileiros.

“(...) o livro pode ser considerado como representativo do momento inicial do processo de formação da literatura infantil em nosso país, uma vez que contém uma mescla de características da literatura escolar, com finalidades didático-pedagógicas de formação da criança, e da literatura infantil, propriamente dita, com finalidades de deleitar e estimular a imaginação da criança, além de características que indicam

tentativa de produção de uma literatura destinada às crianças brasileiras produzidas por brasileiros”.(p. 15)

Em “Contos Infantis”, a literatura está a serviço da formação da criança com seus valores morais e propõe como prática de leitura a fruição do texto.

Santos (1988) traz à tona a literatura infanto-juvenil do nordeste, localizando-a no tempo e meio em que foi produzida:

“Ao se fazer um levantamento de textos destinados ao público infanto-juvenil, tomando-se como ponto de partida a década de 30, nota-se um crescente preocupação com o regional e as tradições populares do Nordeste”.(p. 23)

As análises giram em torno de obras atuais, do passado mas também regionalistas, apontando para a diversidade de uma mesma temática.

Há também artigos que buscam resgatar a história de um grupo de obras pertencentes a um determinado período histórico, situando-as no seu tempo de produção, como no caso de Valdez (2004):

“Abordamos nesse texto algumas obras didáticas conhecidas como Livros de leitura publicados por autores brasileiros no período de 1868/1960 em uma perspectiva documental, ou seja, como esses livros podem oferecer pistas importantes a respeito da cultura escolar desse período. São fontes históricas de suma importância, principalmente por terem sido as primeiras tentativas de uma literatura nacional para a infância escolar. São livros de cunho didático e que representaram um grande avanço para a época, pois forma pioneiros em substituir os escassos e toscos materiais de leituras para as crianças.”(p. 17)

Além disso, há um artigo que se incube de refletir acerca da adaptação de obras estrangeiras, analisando a intencionalidade de tal realização. É o caso de Maziero (2006):

“Os mitos gregos, que pertencem ao universo dos textos clássicos ou canônicos, têm estado presentes na literatura infantil brasileira através de adaptações diversas, desde o início do século XX. Este estudo investiga a presença dos mitos gregos na literatura para crianças no Brasil, procurando analisar as estratégias utilizadas por editores, autores adaptadores para manter o interesse do leitor infantil pelos heróis e deuses gregos.” (p. 13)

Em geral, percebemos que neste foco os artigos produzidos discutem a importância de analisar as obras produzidas na tentativa de melhor compreender a produção de literatura brasileira contextualizada em seu momento histórico, bem como valorizar esta produção e, numa perspectiva mais ampla, compreender a história da literatura infantil.

5.4. O livro como objeto cultural

Neste foco encontram-se os artigos que discutem os agentes envolvidos na produção das obras de literatura infantil. Neste foco entendemos que se enquadram os textos dos seguintes autores: Rocha (1983); José (1987); Camargo (1990); Dauster (2000); e Silva (2004).

Ruth Rocha (1983) em sua entrevista discute o papel do autor na produção da obra literária:

“(...) o papel do escritor é, na verdade, o papel de escrever e de divulgar o que escreve. Ele não tem outro papel”.(p. 4)

Nesse sentido, o papel do autor do livro infantil é criar a sua obra. José (1987) complementa esta idéia trazendo à tona outros participantes da criação do livro:

“Há, no livro de literatura infantil, três artistas: o escritor, o ilustrador e o diagramador. Eles se unem para criar esse objeto bonito e tão mitificado que é o livro infantil. (...) Quem produz o livro infantil quer provocar a imaginação do leitor, o riso e a emoção. Quer que o leitor seja capaz de ler e de criar junto. Capaz de envolver-se no brinquedo, no fogo e no jogo que as imagens e as palavras propõem.” (p. 3/4).

José e Rocha são autores de literatura infantil que em seus depoimentos comentam aspectos ligados à profissão de escritor e outros agentes ligados à produção do livro. Esses artigos foram colocados dentro desse foco, além do

“Didática da literatura”, porque em alguns momentos dos artigos eles discutem o livro enquanto objeto cultural.

José destaca que o livro de literatura infantil é produzido para ser explorado pelo leitor em todos os sentidos. É visto como uma obra de arte e, mais além, como um brinquedo com o qual o leitor se relaciona.

Há também artigos que discutem quais as orientações seguidas pelas práticas editoriais, buscando entender que tipo de produção é promovida, especialmente a relacionada ao âmbito escolar. Dauster (2000) diz em seu artigo:

“(...) os valores, significados e concepções que orientam as práticas editoriais, nas relações estabelecidas com o sistema escolar. (...) o editor integra as relações que tecem as redes nas quais o leitor se forma, configurando um pacto social com escritores, professores, escolas e seu público”.(p.3)

No que se refere à ilustração, há autores que discutem o âmbito da ilustração enquanto obra que ultrapassa o texto literário, pois se estrutura enquanto obra de arte. É o que se verifica no seguinte trecho de Camargo (1990):

“O livro ilustrado para crianças é uma obra de arte, não apenas um texto literário.

Ele é uma pequena galeria de imagens que se oferece aos nossos olhos em casa, na escola, na biblioteca e que permite o jogo de ver/rever.

(...) o livro ilustrado para crianças responde questões colocadas por vários artistas contemporâneos.

Ele é de papel – e não de materiais “aristocráticos” como o mármore ou o bronze.

Ele é manuseável e antimonumental – contrário à arte “intocável” dos museus.

Ele é múltiplo e pode desencadear múltiplas leituras por atingir locais muito afastados de seu meio de origem.” (p. 4)

Nesse contexto, percebemos que há diversos aspectos que permeiam a construção do livro de literatura infantil, e que essa construção implica diversos âmbitos que abrangem a intencionalidade de cada um dos envolvidos nesse processo, a visão de literatura que têm, os recursos, etc.

Há nesse âmbito alguns limites que cerceiam o trabalho com a Literatura nas escolas, como por exemplo, a falta de recursos financeiros destinados às escolas públicas, o que resulta no investimento em outros setores que se colocam como prioridade, pois como podemos investir em bibliotecas quando não há merendas nas escolas? Nesse sentido, a literatura é imposta às crianças, pois são obrigadas a ler o que se lhes apresenta. Nos dizeres de José (1987):

“Por problemas sociais mal resolvidos, nossa realidade escolar hoje são os grandes refeitórios e poucos, raros livros. É mais urgente e importante alimentar o corpo. O livro é caro e só chega às mãos do professor mal remunerado através de doações das editoras. Nem sempre chega o melhor e não há opção. Há, sim, uma forma sutil de imposição.” (p. 4)

José apresenta um momento social em que o livro é um objeto caro em um país com tantas dificuldades. O artigo, publicado no final dos anos 80,

denuncia as condições de trabalho do professor, leitor responsável por formar outros leitores. Denuncia a precariedade das escolas (sem bibliotecas), do professor (sem dinheiro para comprar livros, sem autonomia para escolher o livro a adotar). Denuncia o funcionamento do mercado editorial para divulgação de sua produção, através de doação ao professor.

Silva (2004) ressalta os aspectos estéticos da Literatura Infantil em seu artigo “O lúdico e o pedagógico: contornos da Literatura Infanto-Juvenil”:

“Nada disso prescinde dos pressupostos estéticos, por assim dizer, que fundamentam a própria natureza da Literatura Infanto-Juvenil. Não há, em última instância, literatura sem aquele sentido secreto que ultrapassa palavras e frases de que nos fala Clarice Lispector em um de seus melhores romances; tampouco pode haver Literatura Infanto-Juvenil sem aquele prazer de que nos fala Cecília Meireles.

São exatamente os chamados aspectos estéticos que enformam a Literatura Infanto-Juvenil os responsáveis pela trama narrativa, pelo discurso ficcional, pela variedade de personagens e pelo arcabouço temporal que, no conjunto, tornam um texto essencialmente literário.

E dessas características decorre todo o restante...”(p.65)

Assim, os artigos discutem os diversos aspectos que permeiam a construção do livro, e que influenciam na elaboração e utilização que se faz dele.

6. Considerações Finais

O presente trabalho de TCC procurou assinalar algumas perspectivas nas relações entre a história da Literatura Infantil, num panorama mais geral, e a produção presente sobre este tema na Revista “Leitura: Teoria e Prática”.

A história da Literatura Infantil nos mostra como essa arte tem uma produção relativamente recente, e permaneceu intrinsecamente ligada ao âmbito escolar desde o seu surgimento. No decurso desses dois últimos séculos, houve diversas mudanças acerca dos conceitos sobre o que seria este gênero “literatura infantil”. Em alguns momentos, a literatura infantil agregou valores nacionalistas, morais; e em outros momentos, ela se constituiu de valores críticos, sociais e políticos; como também houve momentos em que a literatura significava preocupação com a literalidade.

Esses aspectos aparecem na produção da revista, em que é possível perceber através das diferentes publicações a discussão sobre a própria história da Literatura Infantil.

Em seus 48 números já publicados foi encontrada a produção de apenas dezenove artigos referentes ao tema de “Literatura Infantil”, pesquisa que se deu nos moldes anteriormente explicitados. Uma ampliação da quantidade encontrada poderia acontecer se ampliássemos também as palavras-chave tomadas no momento da busca bibliográfica, o que poderá ser feito em uma outra pesquisa.

Ainda que o conjunto de textos tenha um número pouco extenso, ele ganha em densidade quando os textos são organizados nos diferentes focos temáticos. O material coletado aponta para perspectivas e olhares diversos,

mostra o quanto o tema se amplia em várias direções. Isto confirma o vigor do gênero “Literatura Infantil”, que enquanto produção que cresce, se modifica, se avoluma e se adensa.

Referências Bibliográficas

BRAGATTO, Paulo Filho. Valores e valores na atual literatura brasileira para crianças e jovens. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 10, nº. 7, jun., 1986.

CAMARGO, Luis. O livro infantil brasileiro: arte para crianças. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 9, nº 15, Junho, 1990.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil-juvenil: das origens indoeuropéias ao Brasil contemporâneo**. 3ª edição refundida e ampliada. - São Paulo: Quíron, 1985.

COUTO, Karen da Costa. **A série 'mico maneco' de Ana Maria Machado: um convite ao universo literário**. Campinas, SP: 2005. Orientadores: Norma Sandra de Almeida Ferreira. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

DAUSTER, Tania. A fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar dos editores. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 19, nº. 36, dez, 2000.

EDITORIAL. Explicitando o Nosso compromisso. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 1, nº. 0, nov, 1982.

_____. O editorial pergunta: quem são os leitores da *Leitura: teoria e Prática*? **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 21, nº. 41, maio, 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida (org). "Leitura: um cons/certo". 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

_____. "Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos e dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995.", Campinas, SP, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1999, tese de doutorado.

GANZAROLLI, Maria Emília. Leitura, Literatura Infantil e biblioteca escolar: alquimia para a constituição do sujeito-leitor. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 23, nº 45, set., 2005.

HUPPES, Ivete S. K. A obra infantil de Joel Rufino dos Santos. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 5, nº. 7, jun., 1986.

JOSÉ, Elias. Literatura infantil: opção ou imposição? **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 6, nº. 10, dez, 1987.

LAJOLO, Marisa. Poesia: uma frágil vítima de Manuais Escolares. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 3, nº 4, dez, 1984.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, R. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos**. 4ª ed. – São Paulo: Global, 1993.

MAFRA, Núbio Delane Ferraz. No ser e no ler, desconforto: literatura infanto-juvenil e adolescente leitor. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 19, nº. 36, dez, 2000.

MAZIERO, Maria das Dores Soares. Mitologia grega na literatura infantil: a *Odisséia* para crianças. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 24, nº47, set, 2006.

MENDES, Marisa B. Teixeira. A recepção de Literatura Infantil na escola de 1º grau. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 8, nº. 13, jun., 1989.

MOBRICE, Inês Aparecida S. Encantamento e delícias: a criança em contato com a literatura infantil. **Leitura: teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 9, nº 15, Junho, 1990.

MORTATTI, Maria do Socorro Longo. Leitura crítica da literatura infantil. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano19, nº.36, dez, 2000.

OLIVEIRA, Marly Amarelha de. Aventuras e tribulações na literatura na escola. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 10, nº. 18, dez, 1991.

ROCHA, Ruth. Para não vacinar a criança contra leitura. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano2, nº. 2, out., 1983.

SANTOS, Neide Medeiros. Viagem em torno da Literatura Infanto-Juvenil do Nordeste. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 7, nº. 11, Junho, 1988.

SILVA, Maurício. “O lúdico e o pedagógico: contornos da Literatura Infanto-Juvenil”. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 23, nº44, Março, 2005.

SILVA, Lílian Lopes Martin da; “A revista *Leitura: Teoria e Prática* e o professor – um leitor em formação” In: MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris Saete Ribas da; (orgs.) – “Leituras do professor” – Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998 (Coleção Leituras no Brasil).

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A personagem professora e as práticas de correção de linguagem: uma visão da literatura infanto-juvenil. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 21, nº41, set, 2003.

STANISLAVSKI, Cleila de Fátima Siqueira. Uma leitura de *Contos Infantis(1886)*, de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida. **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 21, nº 40, março, 2003.

VALDEZ, Diane. Livros de leitura para infância: fonte para história da educação brasileira (1868/1960). **Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, ano22, nº 43, set., 2004.

VARLOTTA, Yêda Maria da Costa L. Literatura Infantil nas séries Iniciais: desafio à reflexão ou possibilidade de trabalho. **Leitura: teoria e Prática**, Campinas, SP, ano 6, nº. 9, junho, 1987.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil para crianças que aprendem a ler em A leitura e o ensino de Literatura*. São Paulo, SP: Contexto, 1988.

ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira**. São Paulo, Global, 1986.

Anexo

Ano 2 – Outubro/1983 – nº2

ENTREVISTA/DEPOIMENTO

Para não vacinar a Criança Contra Leitura – Ruth Rocha

Ruth Rocha participou ativamente do movimento de renovação da literatura infantil brasileira. Nesta entrevista, Ruth recupera alguns momentos significativos de sua vida, falando da gênese e repercussão de seus livros. Para quem trabalha com literatura infantil, torna-se importante conhecer os pontos de vista de uma escritora, principalmente aqueles relacionados com o encaminhamento da leitura das suas obras. E Ruth Rocha propõe alguns procedimentos no sentido de evitar o mandonismo e o autoritarismo quando da fruição da leitura...

(público: professores)

Ano 5 – Junho/1986 – nº7

ARTIGOS

A obra Infantil de **Joel Rufino dos Santos** – Ivete S. Kist Huppés – Fundação Alto Taquari de Ensino Superior.

“A arte verdadeiramente revolucionária é aquela que, por estar a serviço das lutas populares, transcende o realismo. Mais do que reproduzir a realidade, interessa-lhe imaginar os atos que a superem.” Este trecho de **Nestor García Canclini** (In: **A socialização as Arte**, p.32) adquire toda a sua significação neste artigo de Ivete Huppés. Um trabalho extremamente relevante e oportuno, visto que nem sempre os professores conhecem os autores e suas obras. Uma excelente contribuição ao processo de atualização do professorado. Leitura obrigatória!

(público: professores)

Ano 5 – Junho/1986 – nº7

ARTIGOS

Valores e Valores na Atual Literatura Brasileira para Crianças e Jovens – Paulo Bragatto Filho – Comissão Estadual do Livro – SEED/Paraná.

O texto de fruição desconforta, fazendo vacilar as bases históricas, culturais e psicológicas do leitor. O texto de fruição rompe com as normas instituídas, questiona valores, mostrando ao leitor novas formas de perceber a vida e o mundo. Neste trabalho, Paulo Bragatto Filho, utilizando trechos e resumos de obras infantis, demonstra como os referenciais literários podem ser tomados como “pontes” para o processo de transformação.

Ano 6 – Junho/1987 – nº9.

PESQUISAS

Literatura Infantil nas Séries Iniciais: desafio à reflexão ou possibilidade de trabalho – Yêda Maria da Costa L. Varlotta.

A autora pretende traçar um esboço do trabalho com Literatura Infantil executado por professores de escolas públicas em São Paulo.

Ano 6 – Dezembro/1987 – nº 10.

OPINIÃO

Literatura Infantil: opção ou imposição? – Elias José – escritor, professor na Faculdade de Filosofia de Guaxupé (MG), supervisor-pólo em Língua Portuguesa, em São Sebastião do Paraíso.

O autor escreve sobre o papel do livro, e a dificuldade em conciliar a leitura escolhida pela criança e aquela que o professor acredita ser necessária. Discute também a ausência de livros tanto nas casas como na escola.

Ano 7 – Junho 88 – nº 11.

LEITURAS

Viagem em torno da Literatura Infantil do Nordeste – Neide Medeiros Santos: Universidade federal da Paraíba.

“Ao se fazer um levantamento de textos destinados ao público infanto-juvenil, tomando-se como ponto de partida a década de 30, nota-se uma crescente preocupação com o regional e as tradições populares do Nordeste (p. 23)”.

Ano 8 – Junho/1989 – nº13

EXPERIÊNCIA

A recepção da literatura infantil na escola de 1º Grau – Marisa B. Teixeira Mendes.

Diante de uma mesma história, de um mesmo livro, como reagem leitores de diferentes níveis de escolaridade? Esta experiência com o livro TRISTEZA COLORIDA, de Marisa Mokarzel, relata reações de alunos da pré-escola, da 3ª e da 5ª série.

Ano 9 – Junho/1990 – nº 15

OPINIÃO

O livro infantil brasileiro: arte para crianças – Luis Camargo – Escritor e arte-educador. Este artigo foi apresentado por Regina Yolanda no Simpósio da BIB – Bienal de Ilustração Bratislava (Tchecoslováquia) – que teve por tema “O livro ilustrado para crianças no contexto das outras artes”, em setembro de 1989.

O autor discute a questão do livro ilustrado enquanto obra que ultrapassa o texto literário, pois se estrutura enquanto obra de arte.

Ano 9 – Junho/1990 – nº 15

RESENHAS

Encantamento e delícias: a criança em contato com a literatura infantil – Inês Aparecida S. Mobrize: Mestranda Biblioteconomia/PUCCAMP.

“A prática da leitura nas escolas precisa ser trabalhada não apenas como uma ‘tarefa’, um ‘dever’ a ser cumprido, mas como uma prática essencial à vida, apresentada de forma estimulante e acompanhada de noção de prazer,

descoberta, encantamento. A leitura textual das palavras deve ser contextualizada com a leitura do mundo, de modo a formar leitores críticos, capazes de interpretar, refletir e transformar o lido e o real (p.44)”.

Ano 10 – Dezembro/1991 – nº18

PESQUISAS

Aventuras e tribulações da Literatura na escola. – Marly Amarilha de Oliveira: Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

“A presença da literatura no ensino de 1º grau tem sido objeto de estudo da pesquisa ‘O Ensino de Literatura Infantil da 1ª à 5ª série do 1º grau nas escolas da rede estadual do rio Grande do Norte’ que se desenvolve junto ao Departamento de educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Essa pesquisa integra o projeto interuniversitário sobre ‘Educação e Linguagem’ nos termos do acordo franco-brasileiro CAPES-COFECUB.

A proposta, em curso, busca conhecer a prática pedagógica relativa à Literatura Infantil e sua integração com a infra-estrutura educacional do estado, considerando, neste contexto, os aspectos potenciais e vulneráveis dessa área do ensino da linguagem.

A partir desse conhecimento, tem-se como meta a sistematização de princípios teórico-metodológicos que subsidiem a produção de material didático-pedagógico, para fins de melhoria do ensino fundamental na área de literatura Infantil.

Os resultados e reflexões aqui expressos são parciais, pois o projeto continua em andamento (p. 37).”

Ano 19 – Dezembro/2000 – nº36

ESTUDOS

A fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. – Tânia Dauster: Professora e pesquisadora do

Departamento de Educação da PUC-Rio; ex-Coordenadora da UNESCO/RJ; Doutora em antropologia Social pela UFRJ;

“O presente trabalho, uma contribuição para a história cultural da formação do leitor na cidade do Rio de Janeiro, emerge da pesquisa institucional **Reordenação de Linguagens e Formação do Leitor**, na qual se destaca o conceito antropológico de cultura, buscando-se entender valores, significados e concepções que orientam as práticas editoriais, nas relações estabelecidas com o sistema escolar”.

A análise e interpretação dos elementos da pesquisa tiveram como base entrevistas com oito editoras de *literatura infanto-juvenil*, no Rio de Janeiro, e material jornalístico do **Jornal do Brasil** e da **Folha de São Paulo** (1997 a 1999).

Trabalhamos com a hipótese de que o editor integra as relações que tecem as redes nas quais o leitor se forma, configurando um pacto social com escritores, professores, escolas e seu público (p. 03)”.

Ano 19 – Dezembro/2000 – nº36

ESTUDOS

Leitura crítica da literatura infantil – Maria do Rosário Longo Mortatti: Professora Adjunta – Unesp/Marília: coordenadora do Projeto Integrado de Pesquisa “Ensino de Língua e Literatura no Brasil: repertório documental republicano” (Apoio CNPq e FAPESP).

“Mediante problematização do movimento histórico de constituição da literatura infantil como campo de conhecimento, a partir da hipótese de que a superação de sua suposta condição de minoridade encontra-se diretamente relacionada com a assunção, por parte dos pesquisadores interessados, de uma atitude interdisciplinar decorrente do pressuposto da unidade múltipla determinantemente constitutiva do gênero – simultaneamente literário e didático – e com base no conceito de configuração textual, apresentei aqui uma proposta de leitura crítica dos textos de literatura infantil, que pretende ser uma justa contribuição para a busca do reconhecimento da legitimidade do estatuto

acadêmico-científico desse campo de conhecimento ainda tão fecundo e promissor (p. 16).”

Ano 19 – Dezembro/2000 – nº36

RELATO DE EXPERIÊNCIA

No ser e no ler, desconforto: literatura infanto-juvenil e adolescente leitor. – Núbio Delanne Ferraz Mafra: Mestranda da Faculdade de Educação da Unicamp; integrante do Grupo de Pesquisa ALLE – Alfabetização, Leitura e Escrita – Pós-FE – Unicamp; Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas; Universidade Estadual de Londrina.

“As diferentes impressões de alunos e professores sobre literatura infanto-juvenil servem para caracterizar seu lugar na escola. Tanto os comentários quanto os silenciamentos apontam para uma atípica estabilidade: sua presença é consentida no espaço escolar sem maiores discussões, mas suas possibilidades e limitações sequer são avaliadas, quanto mais trabalhadas pela maioria dos professores (p.79).”

Ano 21 – Março/2003 – nº 40.

ESTUDOS

Uma leitura de *Contos Infantis(1886)*, de Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida. – Cleila de Fátima Siqueira Stanislavski: Graduada em Pedagogia pela FFC – Unesp-Marília, em 2001; membro do Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano” (Apoio CNPq e Auxílio FAPESP); Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP. Artigo resultante de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia (2001), orientado pela professora Dra. Maria do Rosário Longo Mortatti.

“Com o objetivo de contribuir para a compreensão de um importante momento da história da literatura infantil brasileira e para o desenvolvimento de pesquisas correlatas, apresenta-se, neste artigo, uma leitura de ***Conto Infantis (1886)***, de **Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida**. Mediante procedimentos de reunião, seleção e leitura de fontes documentais relativas à produção *de e sobre* as autoras de bibliografia especializada sobre literatura infantil, optou-se pela análise da configuração textual do livro em questão. Essa análise permitiu concluir que o livro pode ser considerado como representativo do momento inicial do processo de formação da literatura infantil em nosso país, uma vez que contém uma mescla de características da literatura escolar, com finalidades didático-pedagógicas de formação da criança, e da literatura infantil, propriamente dita, com finalidades de deleitar e estimular a imaginação da criança, além de características que indicam tentativa de produção de uma literatura destinada às crianças brasileiras e produzida por brasileiros (p. 15)”.

Ano 21 – setembro/2003 – nº41.

ESTUDOS

A personagem professora e as práticas de correção de linguagem: uma visão da literatura infanto-juvenil. – Rosa Maria Hessel Silveira: Universidade Luterana do Brasil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O presente trabalho é resultado de reflexões e análises levadas a efeito no Projeto Integrado de Pesquisa “Textos, discursos e representações em Educação”, apoiado com bolsas CNPq, e constitui versão ampliada e ligeiramente modificada de comunicação apresentada no IN Congresso Internacional de Língua e Literatura do Mercosul, realizado na Universidade Luterana do Brasil, Canoas-RS, em outubro de 2001.

Este estudo baseia-se em reflexões sobre as mudanças paradigmáticas ocorridas nos últimos vinte anos no que diz respeito às abordagens pedagógicas da correção da linguagem e tem como objetivo analisar como essa questão vem aparecendo em livros infanto-juvenis recentes. Cinco livros

foram analisados: em alguns deles, o/a personagem professor/a personifica, por vezes, concepções e práticas tradicionais de correção, enquanto em outros, ela/ele incorpora concepções renovadas de tolerância em relação à multiplicidade lingüística de seus alunos. Observou-se que as diferentes representações encontradas nos livros analisados conectam-se aos discursos correntes sobre mulher, professoras (afetivas ou irritadas), adolescentes, sentimentos, práticas e funções escolares e, por vezes, correspondem a claras intenções do autor em mudar conceitos e atividades pedagógicas.

Ano 22 – Setembro/2004 – nº43.

SEÇÃO ESTUDOS/ARTIGOS

Livros de leitura para infância: fonte para história da educação brasileira (1868/1960). – Diane Valdez: Mestra em História pela UFG, Doutora em História e Filosofia da Educação pela FE/Unicamp, integrante do Grupo de Estudos *História, sociedade e educação no Brasil* – HISTEDBR/Unicamp e bolsista da CNPq.

Abordamos nesse texto algumas obras didáticas conhecidas como *Livros de Leitura* publicados por autores brasileiros no período de 1868/1960 em uma perspectiva documental, ou seja, como esses livros podem oferecer pistas importantes a respeito da cultura escolar desse período. São fontes históricas de suma importância principalmente por terem sido as primeiras tentativas de uma literatura nacional para a infância escolar. São livros de cunho didático e que representaram um grande avanço para a época, pois foram pioneiros em substituir os escassos e toscos materiais de leitura para as crianças. Selecionamos os autores mais citados na história da literatura escolar e depois de entrar em contato com suas obras discorreremos sobre suas metodologias e suas perspectivas de ensino.

Ano 23 – Março/2005 – nº44.

SEÇÃO ESTUDOS/ARTIGOS

O lúdico e o pedagógico: contornos da Literatura Infanto-Juvenil –
Maurício Silva.

“O presente trabalho procura analisar a importância da literatura infanto-juvenil para a formação das crianças e adolescentes, destacando suas características lúdicas e pedagógicas.”

Ano 23 – Setembro/2005 – nº 45

SEÇÃO ESTUDOS/ARTIGOS

Leitura, Literatura Infantil e biblioteca escolar: alquimia para a constituição do sujeito-leitor.

“O trabalho enfoca a biblioteca escolar como espaço de leitura essencial à constituição do sujeito-leitor. Apresenta um breve panorama histórico da literatura infantil no Brasil, procurando mostrar como cada momento contribuiu para a construção de sentidos da leitura e do sujeito-leitor. Enfatiza a representação da biblioteca escolar como espaço de leitura, de produção de sentidos e aproximação com os objetos culturais.

Ano 24 – Setembro/2006 – nº 47

SEÇÃO ESTUDOS/ARTIGOS

Mitologia grega na literatura infantil: a *Odisséia* para crianças –
Maria das Dores Soares Maziero.

Os mitos gregos que pertencem ao universo dos textos ditos clássicos ou canônicos, têm estado presentes na literatura infantil brasileira através de adaptações diversas, desde o século XX. Este estudo investiga a presença dos mitos gregos na literatura para crianças no Brasil, procurando analisar as estratégias utilizadas por editores, autores, adaptadores para manter o interesse do leitor infantil pelos heróis e deuses gregos. Para tanto, o foco principal é a análise de duas adaptações da *Odisséia* voltadas para o público infantil e publicadas por editores diferentes, tomando-se como referencial teórico R. Chartier e M. Foucault.